

A LÍNGUA COMO ESQUECIMENTO: UM EXEMPLO BRASILEIRO

Francine Mazière

Université Paris 13 - Centre d'analyse du lexique (CELEX)

URA 381 Histoire des théories linguistiques

Solange Leda Gallo

Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

RESUMO: *A diferença semântica e morfológica das palavras “índio” e “indígena” em português e francês é examinada neste artigo em um corpus de dicionários a partir de uma perspectiva discursiva. As autoras refletem sobre a construção, no Brasil, da sinonímia entre as duas palavras, a segunda se especializando como adjetivo (morfologicamente irregular) da primeira. Refletem, ainda, sobre o modo como estas palavras determinam, por oposição, a semântica de “brasileiro”.*

ABSTRACT: *The semantic and morphological difference of the words “Indian” and “indigenous” in Portuguese and French is examined in this article, from a discursive perspective, on a corpus of dictionaries. The authors discuss the construction, in Brazil, of the synonymy between these words, the second one specializing as a (morphologically irregular) adjective of the first. They also discuss the determination – through opposition – of the semantics of “Brazilian” by these two words.*

No espaço de comunicação brasileiro, declarar que o índio é (um) indígena provoca diversos comentários interpretativos: 1) a declaração é excludente: o índio é um brasileiro?; 2) ela é verdadeira, pois há uma relação de inclusão entre os dois termos, índio e indígena; 3) ela é desvalorizante, na medida em que o sentido de indígena se particularizou (efeito de polissemia), desde a descoberta até a colonização; 4) enfim, ela caracteriza um fato de língua: se a palavra *indígena* funciona dificilmente como adjetivo atributivo em francês, não é esse o caso em português.

A primeira declaração parece ser do domínio da ideologia e a segunda, do domínio da semântica mais banal, as últimas sendo diretamente lingüísticas, mas dependentes de uma análise de discurso, pois: 1) a cate-

goria morfológica de uma palavra é portadora de sentido; 2) o emprego das palavras está submetido ao efeito de valor, e o seu sentido se especifica, então, no interior de “regiões” determinadas pela história do país e pela história de uma língua e suas práticas.

Este estudo pretende mostrar que essas quatro afirmações são interligadas e coerentes entre si. Dito de outra forma, que as práticas linguageiras resultantes das relações históricas se sistematizam “em língua” pela capacidade reflexiva que o sujeito falante exerce. Uma comunidade lingüística é dessa forma conduzida a praticar como funcionamento regular particularidades herdadas de práticas não analisadas em seus componentes ideológicos. Em relação ao exemplo escolhido, há uma relação entre a história dos discursos no Brasil e sobre o Brasil, e os nomes morfo-semânticos: restrições de seleção entre as palavras *índio*, *indígena*, *brasileiro*, especificação do primeiro como nome e do segundo como adjetivo, na língua do Brasil e, por um efeito de retorno, na língua portuguesa.

1. Uma história de fala cotidiana

Este trabalho começa com a observação da língua cotidiana dos locutores brasileiros. Para muitos deles, inclusive para os mais letrados (excluindo lingüistas e historiadores), se encontram dois pontos cegos da reflexão epilíngüística, enquanto na tradição européia, ao menos francesa, e mesmo portuguesa, esses pontos são bem balizados pelos instrumentos lingüísticos, como os dicionários. Esses pontos dizem respeito à tranqüilidade com a qual os locutores fazem de *índio* um substantivo em relação morfológica com o adjetivo *indígena*. O que pode se desenvolver por:

1. O nome *índio* funciona no Brasil como termo primeiro sem etimologia consciente. Nos manuais de história, nas frases de base “os portugueses chegaram e encontraram os índios”, *os índios* são então os habitantes das terras descobertas, o equivalente não questionado de “selvagens”. Será que isso se dá porque Cabral é posterior aos primeiros que designaram *os indígenas* e por isso a explicação foi apagada e repetida amplamente nos dicionários e manuais franceses, como sendo uma confusão Índias/Índias Ocidentais, no momento da descoberta? Os dicionários dos séculos XVII e XVIII falam das confusões dos descobridores, e os do século XIX irão até a um sentido especificado *por abuso* (Bescherelle). Ao contrário, os dicionários portugueses são mais ambíguos, até mesmo silenciosos sobre a questão. Estudos recentes retomam a questão dessa denominação e contestam a explicação dos dicionários. O que importa aqui não é a verdade, mas o fato de não se interrogar a denominação como uma remotivação em relação ao referente.

2. A designação *índio* permanece substantivo sem desenvolver o qualificativo. “As coisas dos índios”, que deveriam ser naturalmente (ou mais precisamente, segundo uma naturalidade ontológica que se traduziria em uma regularidade morfológica) as coisas índias (ou indianas), não o são. Evidencia-se um fenômeno de quase etimologia popular que vem redobrar a ocultação da etimologia histórica e faz do adjetivo *indígena* (*in* + *genere*, na tradição latina) o qualitativo oficial de “coisas dos índios”. Através do discurso do cotidiano, encontraremos, então, ao longo do Amazonas “casas indígenas”, assim como encontraremos “produções indígenas” dos índios e jamais casas ou as produções “indianas” (ou *índias*). Interrogados sobre essa prática, os locutores se admiram com o fato de que *indígena* possa não ser o adjetivo “normal” de índio (normal no sentido de ser morfológicamente derivado). Limitando-se, assim, pela forma adjetiva *indígena* os valores do adjetivo *índio*, bloqueia-se o processo morfológico de criação, a partir do adjetivo, do nome abstrato *indianidade* como qualidade “extraída” do povo. Esse bloqueio morfológico, veremos, funciona em proveito de uma derivação concorrente, *indigenismo*, formado a partir de *indígena*, e que diz sobre a qualidade interna, não de uma cultura, mas de uma circunstância espaço-temporal: a ocupação e depois a colonização de um lugar em uma época dada.

O fenômeno lingüístico, sentido como irregular por um locutor francês, habituado a uma etimologia distinta é, portanto, resultado de uma dupla operação: esquecimento da história de uma designação e regularização desse esquecimento de ordem histórico-discursiva por uma remotivação de *indígena*, restringindo seu uso para caracterizar somente os *índios*.

2. Duas questões

Os ocupantes anteriores não poderiam então ser brasileiros?

Ao menos assim era até uma data recente, quando a pressão política estabeleceu uma mudança de predicado. Não é a primeira variação. Os índios são brasileiros para Jean de Lery, viajante francês que, em seu *Journal de borde en la tère du Brésil* (1557), opõe os *brasileiros* aos “franceses, espanhóis, portugueses e outros povos de países de além mar”; e ele fala de “toda a Índia ocidental e terra do Brasil” separando o Brasil da grande descoberta “indiana” dos espanhóis. Para completar a constelação discursiva, é necessário dizer que no fio da narrativa, ele prefere claramente o termo *selvagem* (a esse propósito veremos que ele autoriza a classificação lexicográfica) ao termo que designa *índio*.

Corolário: o brasileiro não poderia ser um indígena?

Seria interessante compreender como, depois da descoberta, é “indígena” o colonizado em relação ao colonizador e não mais o nativo (essa palavra prevalece na literatura de língua inglesa) em relação à literatura dos viajantes. Essa mudança de sentido é atestada em todos os dicionários contemporâneos. No contexto brasileiro, isso é confirmado pelo fato de que, apesar de todos os nascimentos em terra americana, e de todos os processos de cidadania que foram desenvolvidos, o brasileiro, por mais exótico que seja, não será jamais um “indígena” aos olhos dos modernos viajantes que são os turistas. Depois de cinco séculos, os indígenas do Brasil são ainda e exclusivamente *os índios*, o que inscreve o sujeito que se auto-denomina *brasileiro* em um sistema histórico ao mesmo tempo de dominação e de exterioridade. O brasileiro não se legitima pela terra, mas pelo país (pela nação, pela pátria), cujo nascimento é contemporâneo à conquista que lhe deu as fronteiras e um nome: Brasil. A presença dos índios garante, portanto, que o brasileiro não seja um indígena. A língua registra essa história, registrando a palavra *indígena* na sua forma adjetiva.

Se ele se especifica no Brasil pelo efeito de oposição a grupos ao mesmo tempo interiores (os brasileiros não indígenas) e exteriores (os viajantes), o sentido de indígena se particulariza também em francês no quadro da colonização africana (cf. o *Code de l'indigénat* na Argélia nos séculos XIX e XX, que particularizou o valor lhe atribuindo uma dimensão administrativa). Mas, de um lado, a ausência de verdadeiras colônias de povoamento na história francesa e, de outro lado, a história das independências, dão um estatuto de nacionais e não de indígenas aos costa-marfinenses, beninenses e algerianos. Fim do indígena por exclusão do grupo dos colonizadores que justificavam o termo e por assimilação dos indígenas aos nacionais. Na França, então, o segundo sentido de *indígena* se restringe e o seu campo de aplicação declina.

Por outro lado, o sentido antigo do substantivo *indígena* da velha Europa, praticado em latim, bem antes das descobertas americanas, pode se aplicar ainda no sentido de “habitante natural” em francês contemporâneo (exemplo atestado no *TLF* para designar os habitantes de uma vila atravessada por um automobilista). Não sem contaminação das práticas coloniais. Um emprego coletado recentemente (televisão francesa, TF1, dezembro de 1995) testemunha isso por meio de seu efeito provocador: um sociólogo se felicitava pelos encontros entre imigrantes de segunda geração e *indígenas* nas discotecas parisienses.

Tanto *indígena* quanto *estrangeiro*, então, são termos relativos que somente a configuração discursiva preenche de referência, termos relativos à história e à orientação étnica da conquista do espaço. Impossível,

portanto, limitar *indígena* aos problemas de generalização e inclusão avançados na segunda proposição de interpretação. Uma semântica sempre é desestabilizada pelo discurso. Além disso, o funcionamento da língua nas práticas languageiras sustenta esses efeitos discursivos: o fato de que *indígena* seja tão majoritariamente adjetivo no Brasil (o que não é o caso em francês) a exclui, por regra morfológica, da problemática da hiperonímia com *índio*.

3. Vantagens e perigos de um percurso lexicográfico

Por conseguinte, não é evidente que os dicionários, que visam a objetos lingüísticos e não históricos, possam dar conta desses valores discursivos. Mas também isto não se exclui, se nos lembramos que os dicionários são escritos em língua natural e portanto, que eles podem construir, nos desdobramentos do verbete (organização retórica, sintaxe definicional, intertextualidade) valores que eles não repertoriam como significação. É antes como *discurso* e em seguida como lugar em que se colocam em contato discursos desconectados², que eles podem fornecer um *corpus* a ser analisado. Mas seu exame é necessário por outra razão. A análise de S. Aurox faz dos dicionários instrumentos lingüísticos com repercussões teóricas e sociais, que normatizam, na língua, as práticas languageiras que se realizam na hiperlíngua. A complexidade das práticas expostas acima, e sobretudo suas mudanças diacrônicas e suas oposições em sincronia, em função das histórias nacionais, deveriam, portanto, aí se inscrever, se não pela informação direta, ao menos pela forma dada à informação que eles dizem registrar.

Depois do estudo pioneiro de S. Delesalle e L. Valensi em 1972 sobre a palavra *negro* nos dicionários³, as análises lexicográficas com visão ideológica se multiplicaram. Nelas há sempre certos perigos: seja o de que elas encontram seus limites coincidindo com os limites de toda análise de conteúdo, seja por negligenciarem a expertise da pertinência da escolha e da confrontação. De fato, nem todos os dicionários podem pretender ser arquivos confiáveis de um estado de língua sem o estudo crítico de sua elaboração. Enfim, os corpora lexicográficos são o lugar de uma intertextualidade particularmente opaca. Certos lexicógrafos como Bluteau, em Lisboa, no início do século XVIII, citam bem suas fontes, mas, freqüentemente, o contato entre universos discursivos desconexos faz dos verbetes de dicionário observatórios muito mais interessantes para análises das neutralizações doxais do que para a compreensão de usos particulares.

Sem abordar esses problemas, que são todos consideráveis em termos de elucidação e condicionam a elaboração do *corpus*, nós remetemos, no

que concerne à varredura dos dicionários, a um trabalho sistemático realizado em Lisboa e Coimbra por S. Gallo (1990).

Aqui, nossa escolha de um percurso lexicográfico se justifica por uma necessidade de rapidez em contrastar discursos que apresentam ambigüidades que se encaixam. Nós desejávamos opor os valores, não de língua a língua (português/francês), mas de universo discursivo (europeu, português, e/ou francês) a universo discursivo (brasileiro, enquanto universo de povoamento). O que obriga a se levar em conta, mesmo que grosseiramente, a posição exterior do país *Brasil* na produção dos instrumentos lingüísticos portugueses: o patrimônio lexicográfico do Brasil é muito recente e muito restrito, mal situado ainda em relação aos instrumentos portugueses de Portugal⁴. Junta-se a isso o fato de que foi necessário esperar até o fim do século XVIII para se ter um dicionário monolíngüe português, o que não facilita as coisas.

Nossas etapas lexicológicas são, portanto, históricas e sócio-políticas. Inscrevendo-se na perspectiva da análise do discurso, elas questionam, essencialmente, a materialidade lingüística, a forma morfológica e sintática dos verbetes de dicionários e o contexto lexical e histórico.

No nível lexical, as palavras *índio*, *indígena* e *brasileiro* e suas variantes morfo-fonológicas são mantidas; no entanto, *viajante*, ou *colono* ou *imigrante* serão justificadas por uma necessidade de comparação com a descoberta no século XVI para a primeira, e com as colonizações do século XIX, sejam elas americanas ou africanas, para as seguintes. *Autóctone* se imporá em um contexto decididamente atual. Mas lembremos que nossa preocupação não é lexicográfica. Ela se impõe somente para dar conta dos pontos cegos da comunicação brasileira precedentemente explicitada como condição de certas particularidades da língua. Para isso, alguns dicionários portugueses posteriores às descobertas, ou seja, a partir do século XVI, são suficientes.

Os dicionários franceses são solicitados como contraponto. Esse contraponto é importante, pois em uma mesma sincronia, e dentro do espaço europeu, ele introduz uma variante político-social entre os instrumentos, de um lado um instrumento de uma língua poderosa e ativa na América (o português) e de outro um instrumento de uma língua de comentário sobre uma colonização da qual ela participa no plano religioso, através de missões e não diretamente (o francês).

4. As entradas nos dicionários

O *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem* de Jerônimo Cardoso é a primeira organização alfabética da língua portuguesa (1569)⁵. Salienta-se aí, na parte latim-português:

Indígena æ. Ho morador, ou moradora natural da terra.
Indicus, a, um. Cousa da India.
Purpurisum, i. Ho brasil
Purpurisatus, a, um. Cousa de brasil

E, na parte português-latim:

Índia – Índia, æ
Índio – Indus, i
Brasil região. Brasilia, æ
Brasil pao. Cotinus, i.
Brasil cor. Purpurisum

A lista das entradas latinas só nos interessa para atestar o emprego clássico de *indígena* e *índio*, perto de 100 anos depois da descoberta. Nada que não seja bem normal. Por que o latim, embora sendo língua dos missionários, iria mudar? Foi necessário um singular engajamento da retórica latina na conquista, para além do engajamento jesuíta na produção de glossários e gramáticas das línguas indígenas. Sinalizamos, entretanto, que a parte português-latim não lista o substantivo *indígena*, assim como os bilíngües francês-latim dessa época.

A lista de palavras portuguesas revelam três entradas “Brasil”: 1. Nome de cor tendo um equivalente latim; 2. por metonímia, espécie de madeira de cor púrpura, sem referência à “descoberta” do Brasil, o pau brasil, aparentemente sendo conhecido na Europa bem antes da descoberta do país; 3. nome da região, por extensão da metonímia, sem referência à América. Podemos notar que para *brasil* não há derivados. Os habitantes do país não são chamados de “brasil/ais, ense, eiro, iense, es, etc.” Essa obra, ao menos, não menciona isso. Um pouco surpreendente, talvez, nessa data, e sobretudo em um bilíngüe tão restrito, em que o termo *índio* é apresentado sem distribuição geográfica.

Essas conclusões valem ainda, um século mais tarde, para o importante *Thesouro da Lingoa Portvgveza* de Bento Pereira (1647). Mas o corpus muda quando se passa ao *Vocabulario Portuguez e Latino* de Raphael Bluteau (1712)⁶, que contém definições em português:

Brasil: Gande Região da America Meridional descoberta por Pedro Alves Cabral, que hia por Capitão mor da segunda armada, que el Rey D. Manoel (de felice memoria) mandou à India [...]

Brasilia, æ. Fem. ou Província Sanct æ crucis, porque no Brasil (como já temos dito) desembarcarão os Portuguezes em 3. de Mayo,

dia da Vera Cruz. Vid. Cruz Terra de Santa Cruz.

Brasil. Pao vermelho...

Brasil, chamão os Pintores a huma cor...

Brasil. Tomase às vezes por homem natural do Brasil. *Brasilien-sis, is.*

Masc. & Fem. ense, is Neut. Val o mesmo na lingoa dos *Brasis.*

Notícias do Brasil do P. Simão Vasco c.193.

Índio. Natural da India. *Indus, i Mac. Plin.* Tambem chamamos Índios aos povos da America. No Brasil dividem os Portuguezes aos Barbaros, que vivem no Sertão em Índios mansos, & bravos. Índios mansos chamão aos que com algum modo de Republica (ainda que tosca) são mais tratáveis, & capazes de instrução. Pello contrario, chamão Índios bravos aos que pella sua natural indocilidade, não tem forma alguma de governo, nem admittem outras leys, que as que lhes dicta a sua fera natureza.

Temos, agora, quatro entradas para “Brasil”. Duas das definições são idênticas àquelas de Cardoso e Pereira. Elas designam ora a cor, ora a madeira. Quando a entrada “Brasil” designa uma região, Bluteau a localiza no tempo e no espaço. Mas, sobretudo, uma quarta entrada aparece para designar o homem nascido no Brasil (o natural) o mesmo valendo para as línguas que aí são faladas, e essa entrada é introduzida como uma designação histórica: *tomase às vezes*, com referência discursiva. Apesar do adjetivo brasileiro/brasileira (ou um correlato) poder qualificar tanto o homem quanto a língua, ele não figura na nomenclatura.

Paralelamente, o termo “Índio” para “pessoa da America” não indica nenhuma ligação a uma nacionalidade ou a um país. O índio está relacionado a uma certa generalidade, que acentua uma quase sinonímia com bárbaro. Daí a distinção, construída na relação com a valorização civilizadora, entre os “índios obedientes”, que se pode instruir, que são definidos por uma frase atributiva em “ser” (são), e os “Índios selvagens”, definidos por uma frase negativa em ter (*não tem*). Assim, o índio se diz em relação a seu exterior conquistador, mas também por aquilo que vai permanecer essencial até nossos dias: tanto os obedientes quanto os selvagens têm disposições e capacidades “naturais” que se inscrevem em uma perspectiva de “busca da perfeição”. Problemática iniciada e desenvolvida no século XVIII pela idéia de progresso.

Além disso, pela história da descoberta, orientada de leste a oeste, índio não é senão um duplo acidental de “indígena”, antes que uma espécie. Vemos aí o que permite retomar a asserção da introdução: não haveria aí inclusão, mas sinonímia entre *índio* e *indígena* desde o primeiro grande

dicionário português. Nenhuma dificuldade, desde então, com o fato de que um se especifica somente como nome (índio) e o outro (indígena) como nome e adjetivo. Simples distribuição dos “modos de significar”.

Paralelamente a esse deslocamento de emprego, Bluteau dá uma definição do Brasil totalmente subordinada à descoberta. Cabral é agente⁷ na frase passiva da definição enciclopédica (*descoberta por Pedro Alves Cabral*), e a Índia não é mencionada senão circunstancialmente (*mandou a Índia*).

A problemática geral se delinea um pouco diferentemente no domínio francês.

Mesmo que Bluteau, no seu Prefácio, anuncie expressamente sua filiação ao *Dictionnaire de l'Académie* e ao *Dictionnaire Universel* de Furetière e que seja fácil constatar essa filiação nos inúmeros desenvolvimentos de verbetes, ele não deve nada, em relação a essas entradas, a seus inspiradores franceses⁸.

Na verdade, nenhum dicionário do século XVII na França, bilíngüe como *Nicot* no começo do século (1606), ou monolíngües como *Furetière* e *l'Académie* (1690 e 1694), contêm em sua nomenclatura *índio* ou *indígena*. Eles dão apenas uma definição *de brasil*: madeira vermelha.

Isso não ocorre, porém, porque a América e o que vem dela não suscitam interesse na França. Apesar dos dois monolíngües não tratarem de nomes próprios, eles mencionam o Brasil fazendo provir o nome do pau do nome do país. Furetière várias vezes faz referência aos índios, seja nos verbetes que o qualificam como *Antropófago* (“Quase todos os índios ocidentais eram povos antropófagos”) seja para descrever os produtos como em *canoas* (são pequenas embarcações das quais os índios se servem), ou *açúcar* (“Saumaise diz que as canas da Índia eram tão grossas que os Índios a chamavam sacanamba e os latinos canamelle”). O Padre Bouhours, nas suas *Remarques Nouvelles sur la Langue Française* de 1675, dedica todo um desenvolvimento à questão “se deve-se dizer Brasil ou Brésil”. Antes de concluir sobre a indiferença dos usos, ele cita três dicionários geográficos e um histórico. Mais interessante, talvez, quando conhecemos a grande importância deste “observador” na formação do bom uso, é essa observação sobre *selvagem*:

Pode-se quase dizer sobre *selvagem* o que eu disse sobre *feroz*, tanto relativamente a bestas quanto relativamente aos homens. *Bestas selvagens* são bestas ferozes; mas *animal selvagem* é um animal que não é domesticado e que foge dos homens. *Homem selvagem* é o mesmo que *homem feroz*.

Lembremos de Lery no século precedente, de Rousseau e Voltaire no século do “bom selvagem”, e a partição dos bárbaros relatada por Blu-

teau se inscreve, então, em uma escritura ideológica da conquista, certamente, mas também da colonização como civilização⁹ no interior da ideologia do progresso, discutida, mas tão fortemente sustentada pela Europa conquistadora.

Sobre esse ponto, o dicionário de Trevoux pode ser lido como um apoio ao valor de naturalidade anterior à conquista. *Índio* aí figura como sub-entrada para “Natural da América”, seguida de um desenvolvimento sobre a impropriedade desse uso. Esse termo “natural” nos interessa, mas também, em contraponto, a definição, não de *indígena*, ausente da nomenclatura, mas de *indigenização*, bem própria para relativizar o valor do termo em função das histórias nacionais:

Essa palavra se encontra no Anedotas da Polônia e significa *naturalidade*. Dar a *indigenização* a alguém, é dar-lhe cartas de naturalidade em um país. Os pretendentes à *indigenização*. O rei obrigou M. o Grande General da Couronne Vablounsky a me direcionar o primeiro dos seis que ele deveria propor à *indigenização*.

Séria lição de relatividade histórica essa *indigenização* política da Polônia, que devia administrar seus reis estrangeiros! Em descontinuidade perfeita em relação ao nosso propósito.

Para voltar ao espaço histórico que nos concerne, o *Trevoux* propõe, em 1732, uma configuração político-religiosa completamente exterior ao discurso oficial português. Ele põe assim em evidência um uso de *brasileiro* induzido pelo espaço conquistado e explorado, até mesmo catequizado, quer dizer por relações de força no terreno entre conquistadores religiosos e políticos. O *Trevoux* desenvolve uma entrada *brasileiro* insistindo na grafia *bra* (embora se diga então Brésil para o país, precisa ele). É então a forma portuguesa que prevalece “para significar um homem do Brasil, habitante do Brasil, selvagem do Brasil”. E o verbete prossegue:

Os Brasileiros crêem na imortalidade de nossas almas, que elas ainda vivem depois da separação de nosso corpo, que umas são então transformadas em demônios, e que as outras são transportadas para campos agradáveis onde elas desfrutam de prazeres contínuos.

Nessa época, o dicionário jesuíta¹⁰ é então o único a se interessar pelo homem *brasileiro* como natural do Brasil, porque ele se interessa por suas crenças (e por sua possível recuperação) relatadas pelos missionários jesuítas, que trabalham muito eficazmente junto aos indígenas.

Podemos supor que a grafia é um efeito de intertextualidade direta vinda de relações internas da Companhia. Há o desenvolvimento de um discurso europeu autônomo de resistência político-religiosa (os jesuítas são banidos do Brasil como da França no final do século) em oposição ao discurso político português de imposição cultural a partir dos colonos.

Vamos colocar isso em relação com um dicionário português, sem dúvida atribuído a um jesuíta, que apareceu no final do século XVIII, e do qual os pesquisadores brasileiros sabem avaliar a importância¹¹, o *Diccionario Portuguez e Brasiliano*, obra anônima de 1795. Só o título já vale o programa, consagrando uma palavra atualmente desaparecida em português “*brasiliano*” para designar a língua do Brasil. Havia então em 1795 uma palavra formada a partir de *Brasil* que designava as coisas *indígenas* do Brasil, e a língua falada e instrumentada por um trabalho lexicográfico. Nos tempos em que os jesuítas foram banidos, o Marquês de Pombal assumiu as questões culturais do país sob a autoridade direta do rei de Portugal.

O adjetivo derivado de *Brasil* aplicado aos indígenas teve então uma existência efêmera não por substituição lexical, mas por apagamento do espaço discursivo que o permitiu.

Nós não seguimos o percurso, mas propomos para comparação uma edição do século XX do dicionário de Moraes, retomada monolíngüe do Bluteau, publicado pela primeira vez em 1789, e que tem sua décima reimpressão e modificação em 1946. Salientamos uma entrada *Brasileiro* muito interessante se nós a comparamos com *Índio, Indígena e Brasis*:

Índio, *adj. e s. m.* relativo à Índia. //Indiano; hindu...//

Relativo aos indígenas da América.// Bras. Do S. Empregado de fazenda; peão gaúcho.

Indígena, *adj. 2 gen.* (do latim indígena). Que é do próprio país, que é originário.// Que está desde sempre estabelecido num país; natural desse país...

Brasis, *s.m. pl.* As terras do Brasil.// Os brasileiros.// Indígenas do Brasil.

Brasileiros, *adj.* (de Brasil, top.). Referente ou pertencente ao Brasil.// Que nasceu no Brasil.// Que se naturalizou no Brasil.// Que é muito rico.

Brasileiro.*s.m.*(de Bras. top.). Indivíduo que nasceu ou se naturalizou no Brasil.// Pop. Portugal que, tendo morado no Brasil, retorna à pátria, levando ou não bens.// Indivíduo muito rico ou que vive com fausto.

Brasileiro, *s.m.* (de Bras. top.). O conjunto dos dialetos portugueses falados no Brasil.

Esse conjunto constitui um discurso que reconfigura as relações: índio aí é dito “relativo aos indígenas da América”, *índigena* funciona aqui, na definição, como substantivo sinônimo de *índio* (cf. supra). No entanto, *Índigena* na entrada é apresentado como adjetivo. Resposta em termos morfológicos ao semantismo sinonímico. Por outro lado, *Brasileiro* confirma que nascer no Brasil não é ser indígena do Brasil. Da mesma maneira que ser indígena do Brasil não é ser Brasileiro. Os indígenas do Brasil são os *brasis* e há três maneiras de ser *brasileiro*: ser nascido no Brasil; naturalizar-se brasileiro; ter vivido um certo tempo no Brasil. Em todos esses casos, por oposição a *brasis*, é estar em posição de exterioridade.

Mais radicalmente, somente a exterioridade e a dependência autorizam o emprego discursivo pejorativo português: *homem rico*, *homem de volta ao país*. Não há lugar, nesse sentido, para o nativo indígena *que está desde sempre estabelecido num país, natural desse país*.

Isso não será corrigido pela obra mais atual e mais conhecida no Brasil hoje, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

Brasil, [...]. 4. Indígena do Brasil. <M. us. no pl.> 5. Natural ou habitante do Brasil < M.. us no pl. > ver *brasis*.

Brasileiro, Adj. 1. De, ou pertencente ou relativo ao Brasil. ~V. Complexo e inversão –a.s. m. 2. Natural ou habitante do Brasil. < Sin. (nestas acepç.) : *brasiliano*, *brasiliense*, *brasílico*, *brasílio*. > 3. Alcinha com que os portugueses designam os seus compatriotas que voltam ricos do Brasil.

O presente dos verbos “designam” e “voltam” é aqui de grande interesse quando sabemos que essa figura de expatriado ao Brasil que volta rico a Portugal é próprio da época colonial.

5. Língua / discurso

Nós respondemos sem dúvida às declarações de tipo semântico (2) e lingüístico (3 e 4) de nossa introdução. Mas e a respeito da primeira proposição, cuja formulação se propunha claramente ideológica?

A configuração discursiva permite responder em termos lingüísticos: os *brasileiros*, no momento de se auto-designar como tais, em um discurso legitimado, são pegos em um pré-construído: ser brasileiro é ser cidadão¹² “ativo”, por oposição ao ocupante “passivo” descoberto e natural que é o índio (ou indígena).

De fato se dizer *brasileiro* é produzir um efeito de não naturalidade em relação a um país construído. É necessário ter recebido, até mesmo

ter merecido o título por uma história. Ter enriquecido é o sinal exterior desse merecimento. É *brasileiro* aquele que não é *índigena*, que está integrado na estrutura econômica do país. Ao contrário, *o índio, indígena do país, assim denominado pelo europeu, é excluído ainda hoje da sociedade civil.*

Mas as inscrições de particularidades históricas sob a forma de regularidades de língua (o que vale para toda a língua portuguesa, como atestam os dicionários) deslocam na constituição da norma a questão do político e do ideológico.

Lembremos que *índigena*, que funciona sempre como nome em francês, serve de sinônimo, por definição, de *índio* sob a forma de substantivo (não há hiperonímia), mas é categorizado *adjetivo* nos dicionários do século XX. Podemos adiantar que é do interior da semântica discursiva que se confirma a formação da dupla *índio*, substantivo, *índigena*, adjetivo, falso morfologicamente, em língua, mas com um funcionamento inegável na hiperlíngua brasileira.

As práticas languageiras as mais banais para os brasileiros, e as mais estranhas para os ouvidos dos estrangeiros, testemunham então o apagamento dos traços de consciência discursiva no interior das normatizações da língua.

Tradução: Solange Maria Leda Gallo
(UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina)
Revisão: José Horta Nunes
(UNESP – São José do Rio Preto)

Notas

1. “Aquele que é do país e não foi trazido a ele”, diz o Bescherelle, em pleno período de colonização francesa.
2. F. Mazière, “Le mot au risque du dictionnaire. Sommes-nous des étrangers de la langue maternelle?” LINX, juin 1996.
3. S. Delesalle e L. Valensi “Le mot nègre dans les dictionnaires français d’Ancien Régime. Histoire et lexicographie”. *Langage et Histoire. Langue française*, nº 15, septembre 1972. Paris, Éditions Larousse.
4. Nesse domínio, os trabalhos pioneiros da equipe de Eni Orlandi em Campinas e em particular aqueles de José Horta Nunes, começam a abrir esse campo.
5. tese de Telmo dos Santos Verdelho *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas* (1988) é o trabalho mais completo sobre a lexicografia portuguesa bilingüe, na espera dos trabalhos em andamento de José Nunes. Telmo Verdelho nos recebeu em Coimbra e nos ajudou bastante.
6. obra de Bluteau, o cosmopolita, apesar de bilingüe, se inspira, essencialmente no nível metodológico, no primeiro *Dictionnaire de l’Académie* (1694) e no *Dictionnaire Universel* de Furtière, edição de Basnage. É quase um dicionário monolíngue do português, pelo desenvolvimento das definições.

7. Mesmo discurso sobre os agentes na entrada “Brasília”. A definição é então claramente narrativizada.
8. Nesse contexto, enquanto Bluteau invoca sobretudo a segunda edição do Furetière assim como a primeira do *Dictionnaire de l'Académie*, as obras correspondentes na França são o Basnage, depois o Trévoux, que dizem prolongar o Furetière mas se inspiram também no da Academia.
9. A palavra só aparece em 1765, mas todas as narrativas de viagem do século XVIII e numerosos escritos teóricos e literários tratam, por meio das palavras “policiado” e “civil”, a contradição entre o progresso portador de civilização, no singular; e a confrontação com as civilizações, no plural.
10. O *Trevoix* é célebre por suas compilações mas também pela ênfase dada à exposição das crenças as mais diversas. (cf. Prefácio). Aqui, essa tendência lhe permite dizer um discurso oculto em outro lugar.
11. Conhecem-se três edições. Os trabalhos atuais de J. Horta Nunes (*Langages* 1997) mencionam e estudam essas edições.
12. A constituição da “cidadania” brasileira foi analisada na análise de discurso por pesquisadores da UNICAMP em um colóquio na Universidade Paris VII (1991): *La citoyenneté en France et au Brésil*.

Palavras-chave: índio, indígena, brasileiro, léxico, dicionário, discurso
Key-words: Indian, indigenous, Brazilian, lexicon, dictionary, discourse